



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE  
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA 002/2017**

**Unidade auditada:** Diretoria de Tecnologia da Informação

**Área:** Gestão de suprimento de bens e serviços

**Objeto da auditoria:** Processo de planejamento de tecnologia da informação

**Período:** 15/02/2017 a 19/05/2017

**Nº da ação no PAINT:** 4.1

**Ordem de Serviço:** 002/2017

**Memorandos emitidos:** Mem. IF-AUDIN/Nº56/2017, 83/2017, 85/2017, 86/2017, 93/2017, 97/2017 e 98/2017

**Memorandos recebidos:** Mem. IF-DTI/Nº23/2017, Mem. IF-GR/Nº110/2017, Mem. IF-VR/Nº16/2017, Mem. IF-DTI/Nº28/2017, Mem. IF-VR/Nº22/2017, Mem. IF-VR/Nº26/2017 e Mem. IF-DTI/Nº33/2017

**Solicitações de Auditoria:** 002/2017, 002-A/2017, 002-B/2017 e 002-C/2017

**Volume de recursos auditados:** não se aplica

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente auditoria teve como objeto o processo de planejamento estratégico, tático e operacional da área de Tecnologia da Informação (TI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

A unidade auditada foi a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), que possui vinculação hierárquica direta ao Magnífico Reitor e é dotada de caráter sistêmico, uma vez que integra a estrutura da Reitoria, conforme art. 4º do Regimento Geral e art. 15 do Estatuto do IFSul. A abordagem adotada no presente trabalho, portanto, foi considerar a característica sistêmica do órgão de TI da Reitoria, com a atribuição de supervisão e controle dos processos de TI no Instituto.

## **1.1 Objetivos**

Os objetivos gerais definidos no Programa de Auditoria arquivado junto aos papéis de trabalho foram os de compreender a estrutura de governança de TI no âmbito da instituição e de identificar os principais processos realizados pela área.

Como objetivos específicos, foram elencados os seguintes:

- a) avaliar o processo de planejamento estratégico, tático e operacional de TI no IFSul;
- b) verificar se a instituição adota a prática de realizar análise de riscos na área de TI, para subsidiar o planejamento;
- c) verificar se os processos de TI encontram-se normatizados e mapeados, bem como a aderência das unidades do IFSul às eventuais normas; e
- d) avaliar a constituição e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), observando se está integrado por servidores da área de TI e da área finalística.

## **1.2 Escopo**

Os exames de auditoria recaíram sobre os processos de planejamento de TI e documentos deles derivados.

## **2 HISTÓRICO E ANÁLISE**

Os trabalhos de auditoria foram iniciados em 15/02/2017, com a Ordem de Serviço n. 002/2017. A DTI foi informada do início dos exames em 06/04/2017, quando também foram requisitadas, através da Solicitação de Auditoria (SA) n. 002/2017, informações preliminares sobre o processo de planejamento de TI.

Conforme o Programa de Auditoria, as questões que nortearam os exames foram as seguintes:

- a) A instituição possui planejamento estratégico (PETI) e planejamento tático (PDTI) vigentes?

b) Existe, em matéria de TI, análise de riscos para fundamentar o planejamento estratégico para a área?

c) Os processos de TI que ocorrem na instituição estão mapeados? Há manual e/ou instruções formalizadas?

d) A instituição possui CGTI instalado e em funcionamento?

e) Há participação da área finalística e de TI na composição da equipe de elaboração do PDTI?

A metodologia utilizada encontra-se detalhada no Programa de Auditoria e consistiu, basicamente, em questionamentos a órgãos do IFSul e no exame de documentos.

A partir das evidências coletadas, buscou-se responder às questões de auditoria propostas. Assim, no presente Relatório, serão apresentadas as conclusões por questão, das quais derivarão os achados de auditoria, apresentados ao final.

É relevante destacar que, no decorrer dos trabalhos, verificou-se que algumas questões abordadas versam sobre atribuições do CGTI, razão pela qual as recomendações serão direcionadas ao respectivo colegiado.

### **1ª questão – A instituição possui planejamento estratégico (PETI) e planejamento tático (PDTI) vigentes?**

O planejamento estratégico da área de TI, em regra, deve vir exposto num documento denominado Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), ao passo que o planejamento tático resta consignado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Entretanto, o Guia de elaboração de PDTI do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) admite que o planejamento estratégico seja consignado no PDTI<sup>1</sup>, conforme o grau de maturidade da instituição.

No caso do IFSul, o último PDTI, aprovado pela Resolução n. 66/2013, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Superior (CONSUP), incluiu elementos do planejamento estratégico, conforme autoriza o mencionado Guia.

---

<sup>1</sup> “É importante ressaltar que o SISP não apresenta um modelo específico para PETIC. Apresenta, porém, um modelo de PDTIC que abrange, além do conteúdo tático característico desse tipo de documento, alguns elementos estratégicos, os quais, em princípio, seriam constantes de um PETIC.

Esta ampliação de escopo foi necessária pois diagnosticou-se que grande parte dos órgãos integrantes do SISP não possuíam maturidade em planejamento para utilizar dois instrumentos distintos. Dessa forma, o modelo aborda elementos como missão, visão, valores e análise SWOT, tipicamente estratégicos, e também prevê ações necessárias para o alcance dos objetivos da organização, o que é essencialmente tático. Todavia, não há impedimentos para que a organização, à medida que aprimore suas práticas de planejamento, comece a utilizar instrumentos distintos – PETIC e PDTIC – para aprofundar e aperfeiçoar sua governança e gestão de TIC”. In: Guia de elaboração de PDTIC do SISP, versão 2.0, 2016, p. 21.

No entanto, o PDTI viveu até o final de 2014, conforme dispõe o próprio documento<sup>2</sup>, sendo que não há, atualmente, plano estratégico e tático de TI vigentes no Instituto. Tal informação é corroborada pelo Mem. IF-DTI/Nº23/2017, item 1.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente entre 2009/2 e 2014/1, na meta 22.13, previu a elaboração do PDTI para a instituição entre os anos de 2011 e 2012. Exaurido o prazo de validade daquele PDTI que resultou dessa meta, não houve previsão no planejamento estratégico institucional para que fosse elaborado novo documento em substituição ao anterior.

Já sob a vigência do PDI atual<sup>3</sup>, o Planejamento Anual de 2016, aprovado pela Resolução CONSUP n. 47/2016, prevê, na ação 066 da Reitoria, a finalização e a aprovação do novo PDTI. Na avaliação do Planejamento Anual de 2016, aprovada pela Resolução CONSUP n. 40/2017, verificou-se a não consecução da referida ação, o que foi justificado pela necessidade de reformulação do CGTI, encarregado de elaborar o PDTI, bem como pelo advento de greves e ocupações ocorridas naquele exercício. O Relatório de Gestão de 2016<sup>4</sup> consignou a mesma justificativa para a inexistência de PDTI, estimando o prazo de abril/2017 para encaminhá-lo ao CONSUP para apreciação.

No Mem. IF-GR/Nº110/2017, a Secretária do CONSUP informou que não houve reunião com possibilidade de inclusão de pauta, o que faz concluir que o prazo estimado não foi observado. Em expediente para subsidiar a resposta à SA 201700871/027 do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), a Vice-reitora, na presidência do CGTI, afirma, no Mem. IF-VR/Nº15/2017, que o PDTI está em fase de elaboração e que o documento anterior vem sendo utilizado, apesar de vencido, até que seja aprovada sua atualização.

## **2ª questão – Existe, em matéria de TI, análise de riscos para fundamentar o planejamento estratégico para a área?**

No PDTI aprovado pela Resolução CONSUP n. 66/2013 e que viveu até o final de 2014, o IFSul adotou a opção de registrar o planejamento estratégico e tático no mesmo documento. Assim, referido PDTI abrange elementos de análise de riscos, culminando com um plano de gestão de riscos, consignado no capítulo 13, o qual abrange a probabilidade e o impacto de cada risco para o atingimento das metas.

---

<sup>2</sup> Plano Diretor de Tecnologia da Informação, versão 1.03, p. 6. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/comissao-pessoal-docente>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

<sup>3</sup> Aprovado pela Resolução CONSUP n. 28/2014 e vigente de agosto/2014 a julho/2019.

<sup>4</sup> Aprovado pela Resolução CONSUP n. 42/2017.

De acordo com o Mem. IF-DTI/Nº23/2017, item 2, não há análise de riscos pautada na conjuntura atual para embasar o planejamento estratégico que seria, de acordo com o Relatório de Gestão de 2016, remetido ao CONSUP em abril/2017 para apreciação. Entretanto, em data posterior, a presidência do CGTI apresentou minuta do novo PDTI, que consigna análise SWOT (item 8.5) e plano de gestão de riscos (item 14), ambos a partir de dados atuais. No Mem. IF-VR/Nº22/2017, a Presidente do CGTI esclareceu que essa análise foi elaborada pelos componentes do Comitê que integram a DTI em conjunto com a presidência, para ser submetida, posteriormente, ao Comitê.

Portanto, conclui-se que há análise de riscos baseada na conjuntura atual, que constitui objeto de estudo do CGTI para a elaboração do futuro PDTI.

**3ª questão – Os processos de TI que ocorrem na instituição estão mapeados? Há manual e/ou instruções formalizadas?**

No Mem. IF-DTI/Nº23/2017, o Diretor de Tecnologia da Informação indicou, como principal processo, o de aquisição de bens e serviços de TI, regulamentado pela Instrução de Serviço Conjunta n. 01/2015-PROAP/DTI<sup>5</sup>. Essa Instrução apresenta os procedimentos a serem observados pelos câmpus e pela Reitoria nas aquisições, constando, dos anexos II e IV, os fluxogramas do processo.

Da análise dos fluxogramas, conclui-se que:

a) o fluxograma do Anexo II, que trata das aquisições de bens e serviços de TI pela Reitoria, evidencia a participação da DTI no processo;

b) o fluxograma do Anexo IV, que trata das aquisições de bens e serviços de TI pelos câmpus, coloca em evidência que a DTI deixa de exercer suas atribuições sistêmicas, o que contraria os arts. 131 e 132, VIII e XV do Regimento Geral e o art. 15 do Estatuto, uma vez que o processo passa apenas pela área de TI no câmpus, sem que a DTI exerça supervisão e controle sobre os atos praticados na unidade.

Após novo questionamento à DTI sobre a existência de outros processos além daquele já indicado (aquisições de TI), referida Diretoria exemplificou com os processos de (i) desenvolvimento de *software*; (ii) descarte de bens de TI; (iii) requisição de suporte técnico de TI; e (iv) requisição de hospedagem de sistemas.

---

<sup>5</sup> Disponível em <<http://www.ifsul.edu.br/diretorias/diretoria-de-tecnologia-da-informacao/documentos-dti>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

Informou que esses processos não possuem instruções formalizadas, com exceção dos dois primeiros, cujo regramento estaria contemplado no anexo do último PDTI, que segue sendo aplicado apesar de estar fora de vigência. No entanto, os itens 18.2 e 18.3 do antigo PDTI, que tratam, respectivamente, do descarte de bens de TI e da metodologia de desenvolvimento de *software*, o fazem de modo a não oferecer o detalhamento de atribuições próprio de uma instrução ou manual, limitando-se a diretrizes de natureza mais genérica sobre cada um dos processos.

Por fim, informa que, além do processo de aquisição de bens e serviços de TI, não há fluxograma para os demais processos.

#### **4ª questão – A instituição possui CGTI instalado e em funcionamento?**

Mediante consulta ao sítio institucional do IFSul e indagação à DTI, foram levantados quatro atos administrativos que dizem respeito ao CGTI, quais sejam as portarias n. 1431/2011, 2224/2013, 3011/2014 e 2104/2016, todas do Magnífico Reitor.

A Portaria n. 1431/2011 criou o CGTI, atribuindo-lhe natureza deliberativa e o objetivo de construir o PDTI do IFSul e acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em TI com os objetivos institucionais.

Sobreveio a Portaria n. 2224/2013, que revogou integralmente a anterior e atribuiu natureza consultiva ao referido Comitê e o objetivo de elaborar e atualizar o PDTI, mantendo a atribuição de acompanhamento e promoção do alinhamento entre investimentos em TI e objetivos do IFSul<sup>6</sup>. Apesar de ter havido alterações na composição do CGTI, tal dispositivo conserva-se vigente.

De acordo com informações da DTI, no Mem. IF-DTI/Nº23/2017, o CGTI conta, atualmente, com 22 integrantes, sendo presidido pelo representante do Reitor. Não possui regimento próprio, manual ou instrumento normativo que o regulamente e não houve reuniões durante o ano de 2016.

No que diz respeito à primeira atribuição do CGTI, qual seja a de elaborar e atualizar o PDTI, seu cumprimento está pendente, uma vez que, desde sua composição atual (15/08/2016) não houve reuniões, tendo a primeira ocorrido em 16/05/2017, conforme Mem. IF-VR/Nº15/2017

---

<sup>6</sup> Portaria n. 2224/2013, item 1: “Criar o COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI, de caráter consultivo, cujo objetivo é a elaboração e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), do IFSul, em consonância com as diretrizes e objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com atribuição de acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação com os objetivos do IFSul”.

e Mem. IF-VR/Nº22/2017, firmados pela Vice-reitora na condição de presidente do referido Comitê, em resposta à SA 201700871/027, da CGU.

No mesmo documento, a presidência do CGTI anexou, no Mem. IF-VR/Nº15/2017, a minuta do PDTI para complementação e apreciação de seus membros. Confrontando seu texto com o PDTI anterior, verifica-se que os textos são similares e não houve alterações significativas, com exceção do item 8.5 do novo documento, que apresenta análise SWOT atualizada; do item 9, que apresenta os resultados do PDTI anterior; e do item 14, que expõe novo plano de gestão de riscos.

Quanto à segunda atribuição, que consiste no acompanhamento e na promoção do alinhamento entre investimentos de TI e objetivos estratégicos institucionais, esta não é levada a cabo pelo CGTI, não existindo metodologia para sua realização. A Presidente afirma que o grupo de pessoas que compõem o Comitê (profissionais da DTI e das equipes de TI nos câmpus) realiza essa atribuição quando da solicitação de atualização de necessidades no planejamento anual do IFSul nas ações da área. No entanto, não menciona a participação dos servidores da área finalística.

Tal atribuição será especificada no Regulamento do CGTI, a ser apreciado pelo Colégio de Dirigentes (CODIR) e aprovado pelo CONSUP, de acordo com informações da presidência.

### **5ª questão – Há participação da área finalística e de TI na composição da equipe de elaboração do PDTI?**

A Portaria n. 2224/2013, item 1, atribui ao CGTI a responsabilidade pela elaboração e atualização do PDTI. A Portaria n. 2104/2016 altera a composição do Comitê e designa seus membros, passando a ser constituído por um representante do Reitor, três representantes dos Diretores-gerais, dois representantes das Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas, três representantes da DTI e um representante da TI de cada câmpus.

Diante dessa composição, verifica-se que há participação das áreas meio e fim no CGTI.

## **3 ACHADOS DE AUDITORIA**

### **3.1 CONSTATAÇÃO**

O IFSul não possui planejamento de tecnologia da informação vigente, nos níveis estratégico e tático, sendo que o último PDTI teve sua validade exaurida em 2014.

### **3.1.1 Critério**

IN SLTI n. 4/2014, art. 2º, XXVII; e art. 4º, §2º

Regimento Geral, art. 132, XVI

### **3.1.2 Evidências**

PDI vigente entre 2009/2 e 2014/1 e Plano de Ação de 2014 e respectiva verificação

Planejamento Anual de 2016 e respectiva avaliação

Relatório de Gestão do exercício de 2016

Mem. IF-DTI/Nº23/2017, item 1

### **3.1.3 Causa**

Não atuação do CGTI desde sua última composição.

### **3.1.4 Manifestação do gestor**

A Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Concordo. O PDTI está em fase final de atualização e, tão logo for apreciado pelo Colégio de Dirigentes e aprovado pelo Conselho Superior, entrará em vigor.

O Diretor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Concordamos. O PDTI 2017 será aprovado pelo CGTI na reunião do dia 01/junho/17, na sequência será apreciado pelo Colégio de Dirigentes em reunião marcada para o dia 05/junho/2017 e enfim aprovado na próxima reunião do Conselho Superior, em data ainda não prevista.

### **3.1.5 Análise da manifestação**

A manifestação da Presidente do CGTI e do Diretor da DTI vêm ao encontro da constatação apresentada, uma vez que o planejamento estratégico e tático encontra-se em construção, estando, ainda, pendente de aprovação.

### **3.1.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que diligencie no sentido de atualizar o documento que consigna o planejamento estratégico e tático de tecnologia da informação, tomando todas as medidas necessárias para sua aprovação pelo Conselho Superior.



## **3.2 CONSTATAÇÃO**

A Diretoria de Tecnologia da Informação não exerce as atribuições sistêmicas de controle e de supervisão que lhe são conferidas pelo Regimento Geral e pelo Estatuto no processo de aquisição de bens e serviços de TI, uma vez que não tem participação no procedimento quando este tem origem nos câmpus.

### **3.2.1 Critério**

Estatuto do IFSul, arts. 15 e 27

Regimento Geral, arts. 131 e 132, VIII e XV

### **3.2.2 Evidências**

Anexo IV da IS Conjunta n. 01/2015-PROAP/DTI

### **3.2.3 Causa**

Falhas no processo de aquisições, consubstanciadas no Anexo IV da IS Conjunta n. 01/2015-PROAP/DTI

### **3.2.4 Manifestação do gestor**

O Diretor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

A DTI participa nos processos de aquisição de bens e serviços de forma sistêmica quando normatiza no âmbito do IFSul o fluxo do processo, porém é evidenciado que quando originados pelos câmpus, não há sinalização expressa na normativa/fluxograma a participação da DTI como órgão fiscalizador. No entanto esta ação será revisada e levada a apreciação do CGTI na sequência do trabalho.

### **3.2.5 Análise da manifestação**

A atuação sistêmica da Reitoria não se restringe ao poder de normatizar os procedimentos em âmbito institucional, mas, conforme o art. 15 do Estatuto, se estende à administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da autarquia. Neste compasso, a DTI informa que haverá revisão do fluxograma em questão, o que vem ao encontro da presente constatação.

### **3.2.6 Recomendação**

Recomenda-se à Diretoria de Tecnologia da Informação que promova a revisão do fluxograma de aquisições de TI pelos câmpus, de modo a contemplar o exercício das atribuições sistêmicas daquele órgão.

### **3.3 CONSTATAÇÃO**

Há fragilidades no planejamento operacional de TI na instituição, uma vez que os processos de desenvolvimento de *software*, de descarte de bens de TI, de requisição de suporte técnico de TI e de requisição de hospedagem de sistemas, que envolvem câmpus e Reitoria, não são regulamentados ou são regulamentados de maneira insuficiente.

#### **3.3.1 Critério**

Estatuto do IFSul, arts. 15 e 27

Regimento Geral, arts. 131 e 132, I e VIII

#### **3.3.2 Evidência**

Mem. IF-DTI/Nº28/2017

#### **3.3.3 Causa**

A DTI não atuou na instituição de normas dos processos de TI na instituição.

#### **3.3.4 Manifestação do gestor**

O Diretor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Concordamos. As regulamentações não constam no PDTI em processo de aprovação, porém serão estudadas, redigidas e incluídas, com o objetivo de serem apreciadas pelo CGTI na sequência do trabalho deste ano.

#### **3.3.5 Análise da manifestação**

A manifestação da unidade auditada vem ao encontro da presente constatação. Ressalte-se, no entanto, que o CGTI não possui a atribuição de apreciar o regulamento dos processos de TI na instituição, conforme ato que o institui.

#### **3.3.6 Recomendação**

Recomenda-se à Diretoria de Tecnologia da Informação que crie regulamentos, no mínimo, para os processos de desenvolvimento de *software*, de descarte de bens de TI, de requisição de suporte técnico de TI e de requisição de hospedagem de sistemas.

### **3.4 CONSTATAÇÃO**

Não há mapeamento dos processos de tecnologia da informação na instituição.

#### **3.4.1 Critério**

Estatuto do IFSul, arts. 15 e 27

Regimento Geral, arts. 131 e 132, I e XIX

#### **3.4.2 Evidência**

Mem. IF-DTI/Nº28/2017

#### **3.4.3 Causa**

Não atuação da DTI no mapeamento de processos

#### **3.4.4 Manifestação do gestor**

O Diretor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Concordamos. A DTI não possui *expertise* no assunto e a realização do mapeamento dos processos da instituição estão previstos na sequência por equipe específica da reitoria.

#### **3.4.5 Análise da manifestação**

A manifestação da unidade auditada vem ao encontro da presente constatação.

#### **3.4.6 Recomendação**

Recomenda-se à Diretoria de Tecnologia da Informação que envide esforços, junto ao órgão do IFSul com essa atribuição, para realizar o mapeamento de todos os processos de TI na instituição.

### **3.5 CONSTATAÇÃO**

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação não possui regimento.

#### **3.5.1 Critério**

Guia de Comitê de TI do SISP, versão 2.0, cap. 5, item 1.8, p. 30

#### **3.5.2 Evidências**

Mem. IF-DTI/Nº23/2017, item 4.2

Mem. IF-VR/Nº22/2017, item 2

### **3.5.3 Causa**

Não atuação do CGTI desde sua última composição.

### **3.5.4 Manifestação do gestor**

A Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Concordo. O Regulamento do CGTI foi aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia de Informação e, tão logo for apreciado pelo Colégio de Dirigentes e aprovado pelo Conselho Superior, entrará em vigor.

### **3.5.5 Análise da manifestação**

A manifestação da presidência do CGTI corrobora a constatação. Ademais, ainda que se afirme que o Regimento já tenha sido elaborado e aprovado pelo Comitê, estando no aguardo da apreciação do Colégio de Dirigentes, tais fatos não são comprovados na resposta.

### **3.5.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que diligencie no sentido de elaborar e submeter seu regimento à apreciação do CONSUP.

## **3.6 CONSTATAÇÃO**

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação não executa a atribuição de acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em tecnologia da informação com os objetivos do IFSul e não possui metodologia específica para cumpri-la.

### **3.6.1 Critério**

Portaria n. 2224/2013, do Magnífico Reitor  
Regimento Geral, art. 132, X

### **3.6.2 Evidências**

Mem. IF-VR/Nº22/2017, item 2

### **3.6.3 Causa**

Não atuação do CGTI desde sua última composição.

### **3.6.4 Manifestação do gestor**

A Presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação manifestou-se nos seguintes termos:

Esta atribuição não consta no regulamento em processo de aprovação, será incluído e apreciado pelo CGTI na sequência do trabalho.

### **3.6.5 Análise da manifestação**

A manifestação da presidência do CGTI confirma a informação anteriormente prestada, de que a atribuição mencionada na constatação não é, de fato, exercida. Não se trata, entretanto, de mera inclusão, no Regimento, dessa atribuição, vez que já está fixada em ato administrativo competente, mas de criar metodologia hábil a sua execução.

### **3.6.6 Recomendação**

Recomenda-se ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que desenvolva e execute metodologia de acompanhamento e promoção do alinhamento dos investimentos em tecnologia da informação com os objetivos do IFSul.

## **4 CONCLUSÃO**

O presente trabalho de auditoria voltou-se a analisar o planejamento de tecnologia da informação no IFSul, nos níveis estratégico, tático e operacional, tendo, inicialmente, como unidade auditada, a Diretoria de Tecnologia da Informação. No entanto, este Relatório veicula recomendações também ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, em razão de, no decorrer das análises, verificar-se o relevante papel deste colegiado no processo de planejamento, que foi objeto deste estudo.

Em síntese, a auditoria nos processos de planejamento de TI levou à conclusão da necessidade imediata de atualizar o planejamento estratégico e tático, consubstanciado no PDTI, como atribuição do CGTI, bom como ao mapeamento e regulamentação dos processos de TI, no nível operacional, pela DTI.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações. O não cumprimento destas implica na aceitação dos riscos pelo gestor e a sua implementação será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna.

Pelotas, 26 de junho de 2017

**LAERTE RADTKE KARNOPP,**

**Auditor**

**De acordo.**

**HENRIQUE ZIGLIA MAIA,**

**Auditor Geral**